

IX PRÊMIO SEBRAE PREFEITO EMPREENDEDOR

VENCEDORES DA IX EDIÇÃO DO PRÊMIO SEBRAE
PREFEITO EMPREENDEDOR - BIÊNIO 2015 - 2016



Vencedor Estadual

Categoria: Compras Governamentais de Pequenos Negócios

Município/UF: Entre Rios do Oeste/PR

Prefeito: Jones Neuri Heiden



Prêmio Sebrae
**Prefeito
Empreendedor**

SEBRAE

COMO MUDAR A PERSPECTIVA DE SUA CIDADE

O desenvolvimento acontece com a força dos Pequenos Negócios
Vencedores do 9º Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor (2015-2016)

© 2016. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae
Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998).

Informações e contatos

Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SGAS 604/605 – Conjunto A – Brasília-DF
Tel.: (61) 3348-7100
www.sebrae.com.br

Presidente do Conselho Deliberativo Nacional

Robson Braga de Andrade

Diretor-Presidente

Guilherme Afif Domingos

Diretor-Técnico

Heloísa Regina Guimarães de Menezes

Diretor de Administração e Finanças

Vinicius Lages

Gerente da Unidade de Políticas Públicas

Bruno Quick

Gerente da Unidade de Comunicação

Cândida Bittencourt

Coordenadora Nacional do Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor

Denise Donati

Apoio Técnico

Bruna Gomes Guimarães

Coordenação Editorial

Unidade de Políticas Públicas

Coordenação Técnica

Unidade de Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial
Sebrae - Nacional

Textos

Prefeituras Municipais Inscritas na IX Edição do PSPE

Dados Estatísticos

IBGE e CNM

Fotos

Assessorias das Prefeituras e Sebrae UF

Projeto Gráfico

Agência Nova SB

Diagramação e Versão eletrônica

Supera Tecnologia

Agradecimentos

Aos prefeitos e às prefeitas que participaram da IX Edição do PSPE.

Sumário

Título do projeto.....	1
Categoria	1
Setor Beneficiado pelo Projeto	1
Recursos	2
Aplicações e Despesas	2
Atividades Desenvolvidas.....	3
Objetivos do Projeto.....	4
Surgimento da Ideia	5
Solução Proposta.....	7
Resumo da situação antes da implantação do Projeto (cenário anterior).....	7
Resultados Alcançados Depois da Implantação do Projeto..	12
Principais Desafios Enfrentados	21
Relação Entre Recursos Previstos e Resultados Alcançados (custo/benefício).....	24
Principais Parcerias Firmadas	25
Outras Ações Importantes.....	26
Considerações Finais.....	27
Relato dos beneficiados	28
Equipe Responsável pelo Projeto.....	31
Anexos.....	32

Município de Entre Rios do Oeste - PR

Prefeito: Jones Neuri Heiden

População: 3.926

PIB R\$ Mil: R\$ 131.677,44

PIB per capita: R\$ 42.752,42

Orçamento total da Prefeitura: R\$ 24.850.000,00

Fonte: Setor de Contabilidade - LOA

Ano: 2015

Qtd. Empresas Formais ME, EPP.: 397

Fonte: Empresômetro

Ano: 2015

Qtd. Empresas Formais MEI: 158

Estimativa de Empresas Informais: 15

Título do projeto

Uso do Poder de Compra: A chave do Desenvolvimento Sustentável

Categoria

Compras Governamentais de Pequenos Negócios

Setor Beneficiado pelo Projeto

Setor	Fonte	Emp. Setor	Emp. Benef. do Setor	%	Estimat. Emp. Inform. Setor	Emp. Inform. Benef.	%
Agricultora familiar e produtor rural pessoa física	MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Contratos de licitações do Município	350	12	3	00	00	0
Alojamento E Alimentação	Empresômetro e Contratos de licitações do Município	30	12	40	04	00	0
Comércio; Reparação De Veículos Automotores E Motocicletas	Empresômetro e Contratos de licitações do Município	127	13	10	02	00	0
Construção	Empresômetro e Contratos de licitações do Município	53	05	9	03	00	0
Transporte, Armazenagem E Correio	Empresômetro e Contratos de licitações do Município	27	04	15	00	00	0
Indústrias De	Empresômetro e	68	04	6	02	00	0

Transformação	Contratos de licitações do Município						
Outras Atividades De Serviços	Empresômetro e Contratos de licitações do Município	28	02	7	02	00	0
Atividades Administrativas E Serviços Complementares	Empresômetro e Contratos de licitações do Município	17	01	6	01	00	0
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca E Aqüicultura	Empresômetro e Contratos de licitações do Município	12	07	58	02	00	0
Educação	Empresômetro e Contratos de licitações do Município	13	13	100	03	00	0
Atividades Profissionais, Científicas E Técnicas	Empresômetro e Contratos de licitações do Município	08	06	75	01	00	0
Outros setores	Empresômetro e Contratos de licitações do Município	14	08	57	10	00	0

Informações Adicionais: Com relação ao setor "Agricultura familiar e produtor rural pessoa física", o dado de 350 existentes teve como fonte o site do MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. Este setor, por não apresentar CNPJ, não consta nos dados do Empresômetro.

Recursos

Natureza Recurso	Recurso Financeiro (R\$)	%	Econômico (R\$)	%	Total (R\$)	%
Parceiros	82.500,00	54	600,00	4	83.100,00	50
Prefeitura	69.591,00	46	15.000,00	96	84.591,00	50

Informações Adicionais: Neste quadro estamos considerando unicamente as despesas diretas relativas ao projeto, não incluímos salários de funcionários, nem similares, pois nenhum foi contratado em razão do projeto, todos já faziam parte da equipe e consequentemente, também se inseriram no projeto.

Aplicações e Despesas

Natureza da Despesa	Rec. Fin.		Rec. Econ.		Rec. Fin.		Rec. Econ.		Total
	Próprios (R\$)	%	Próprios (R\$)	%	Parceiros (R\$)	%	Parceiros (R\$)	%	
Aluguel	0,00	0	0,00	0	0,00	0	600,00	100	600,00
Cursos	3.200,00	19	0,00	0	14.000,00	81	0,00	0	17.200,00
Combustível	1.920,00	100	0,00	0	0,00	0	0,00	0	1.920,00

Consultoria	0,00	0	0,00	0	68.500,00	100	0,00	0	68.500,00
-------------	------	---	------	---	-----------	-----	------	---	-----------

Informações Adicionais:

Atividades Desenvolvidas

Atividades Desenvolvidas	Sim/Não	Quantitativos
Edital com itens exclusivos para MPE até R\$ 80 mil	Sim	Quantas por ano: 127 Valor R\$: 6.092.650,36
Nas aquisições divisíveis, a prefeitura estabelece cota reservada de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de Pequenos Negócios?	Sim	Quantas por ano: 3 Valor R\$: 733.818,87
A prefeitura exige dos licitantes a subcontratação de Pequenos Negócios, nas grandes obras e serviços de valor elevado?	Sim	Quantas por ano: 1 Valor R\$ 260.400,00
Os servidores da área de compras públicas tiveram capacitação específica sobre este tema da Lei Geral?	Sim	Quantos por ano: 32 Por quem: José Altair Schimmelfennig
As empresas locais foram capacitadas sobre como participar do processo de compras públicas no município?	Sim	Quantas por ano: 19 Por quem: José Altair Schimmelfennig e Ivanete Mota
A prefeitura monitora a participação das MPE nas suas compras?	Sim	Quantas por ano: 423 Valor R\$: 28.185.363,27
A prefeitura identifica e divulga oportunidades para as MPE no seu planejamento de compras?	Sim	Como: São realizados orçamentos com as empresas e assim as mesmas já tomam conhecimento dos editais que serão publicados. Também são feitos contatos através de telefonemas e e-mails, bem como todos os editais são publicados no site do Município.
A prefeitura realiza pregão presencial e/ou itinerante com contratação de pequenos negócios locais	Sim	Quantos por ano: 110 Valor R\$: 12.254.909,95
Existe na prefeitura cadastro de fornecedores em que seja possível identificar o porte dos licitantes: MEI, ME, EPP, Outros?	Sim	Quantos 106

Qual a participação dos Pequenos Negócios nas compras totais do município?		% sobre total: 83,98 Valor R\$: 28.185.363,27
Aplica margem de preferência para produtos nacionais em relação aos estrangeiros na aquisição de bens	Não	Quantos por ano: 0 Valor R\$: 0,00
A prefeitura realiza o pagamento aos Pequenos Negócios, preferencialmente, em até 30 dias corridos após a liquidação?	Sim	
A prefeitura permite a participação dos Pequenos Negócios em certames licitatórios mesmo que apresentem alguma restrição fiscal e concede o prazo para regularização da documentação da vencedora?	Sim	Quantos por ano: 17 Valor R\$: 1.860.610,22
O município contrata Microempreendedor Individual?	Sim	Quantos por ano: 44 Valor R\$: 986.192,60
A prefeitura contrata produtos da Agricultura Familiar na Alimentação Escolar?	Sim	% adquirido: 65,00

Considerações:

- A regularização fiscal tardia foi aplicada em 17 processos licitatórios, porém a mesma é prevista em todos os editais;
- Com relação aos editais com itens exclusivos para MPE até R\$ 80 mil, dos 127 em questão em 4 deles o valor ultrapassou os 80 mil, porém também foram considerados por ter sido aplicada a exclusividade local;
- Todas afirmações das questões acima estão devidamente evidenciadas no campo Anexos.

Objetivos do Projeto

OBJETIVOS DO PROJETO

Objetivo Geral: Fomentar a economia local e regional e promover a independência econômica do Município, utilizando o poder de compra governamental local em parceria com os pequenos negócios locais, aplicando de forma plena e inovadora os dispositivos do capítulo de Acesso a Mercados da Lei Complementar 123/2006.

Objetivos Específicos:

- Preparar o Município para uma possível perda de receita, com o fim dos repasses dos Royalties de Itaipú;

- Realizar concurso público para a função de Agente de Desenvolvimento, a fim de garantir a continuidade dos trabalhos do Comitê Gestor e da aplicação dos benefícios da Lei Geral;
- Aumentar o orçamento da Secretaria responsável pela implantação e aplicação do projeto, garantindo assim os recursos necessários;
- Capacitar a Equipe de Compras e Licitação do município, afim de instrumentalizá-los para aplicação do tratamento favorecido e diferenciado às MPE's nas compras governamentais;
- Oferecer treinamento para empresários de pequenos negócios, sobre como participar de processos licitatórios e usufruir dos benefícios que lhes são garantidos por lei;
- Estabelecer em Lei Municipal a Exclusividade para MPE's locais quando da aplicação dos benefícios legais de tratamento favorecido nas licitações do município;
- Realizar processos licitatórios Exclusivos para MPE's até o valor de R\$ 80.000,00 por item de contratação;
- Estabelecer Cotas de 25% exclusivas para MPE's em editais com itens de contratação acima de R\$ 80.000,00;
- Exigir a Subcontratação de MPE's por parte de médias e grandes empresas vencedoras de processos licitatório de obras e/ou serviços;
- Divulgar o planejamento de compras do município para às MPE's com a maior brevidade possível;
- Inserir às MPE's Locais no cadastro de fornecedores do município;
- Potencializar a compra de produtos da Agricultura Familiar, através do PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar, aumentando a porcentagem de aquisição aos maiores percentuais possíveis;
- Injetar o maior volume possível de recursos na economia local, gerando emprego e renda, assim como, fomentando a abertura de novos negócios.

Surgimento da Ideia

O Município de Entre Rios do Oeste situa-se no extremo oeste do Estado do Paraná, na margem oriental da represa de Itaipu, possui uma área de 106,11 Km², subdivididos em 103,11 Km² de área rural e 3 Km² de área urbana. Um dos mais jovens Municípios da região Oeste do Estado, Entre Rios do Oeste possui, segundo a estimativa do IBGE para 2015, uma população de 4.306 habitantes.

Com a formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu, o município teve 20,79 km² de sua área inundada e mais 14,82 km² para a formação da faixa de proteção do lago, essa considerável diminuição de território trouxe e ainda traz consequências negativas para o desenvolvimento do município, pois com isso, perdemos em população e em área produtiva, sendo a agropecuária a base de nossa economia, o impacto negativo foi grande.

Para "compensar" os prejuízos do município com essa situação, por força de lei, foram estabelecidos os chamados royalties, valores que a Usina Hidrelétrica repassa mensalmente aos cofres do município, os quais por muito tempo, vêm tornando o Município dependente desse recurso externo, o que também é preocupante, pois os mesmos tem possibilidade de acabar e essa grande dependência pode ser nefasta ao desenvolvimento do município quando os repasses terminarem.

É nesse contexto, que esse projeto se apresentou como uma alternativa viável e sustentável de, não só desenvolver o município, mas de paulatinamente, ir emancipando-o economicamente da dependência dos royalties de Itaipu.

Pautado nessa preocupação, quando assumiu a gestão do município em 2013, o Prefeito Jones reuniu sua equipe de trabalho, afim de planejar as ações de seu governo em torno desse grande objetivo, o que demandou uma visão estratégica e sistêmica de ações a serem empreendidas a curto, médio e longo prazo e o mais importante, a busca de saídas para tentar dinamizar e fazer crescer a economia de um município de pequeno porte, quase que totalmente dependente de receitas externas.

Por ser um município de pequeno porte, os pequenos negócios e a agricultura familiar são as bases produtivas para geração de emprego e renda endógenas que o município possui, portanto, eram nesses segmentos que às ações deveriam ser focadas. Nesse sentido, embora em um primeiro momento o Município tenha ficado fora da chamada pública do SEBRAE/PR para a implantação do Programa Cidade Empreendedora, houve grande movimentação por parte do Prefeito e de sua equipe para conseguir a adesão ao programa, que caiu como uma luva para os objetivos da administração.

Com o início do programa em meados de 2013, dentre todas as ações planejadas, o Prefeito juntamente com sua equipe e o Comitê Gestor Municipal, elencou um foco estratégico, o qual poderia dar conta do início desse processo de desenvolvimento endógeno com foco nos pequenos negócios no campo e na cidade. Dessa maneira, foram priorizadas as ações para trabalhar o poder de compra da prefeitura em favor dos

pequenos negócios, principalmente dos instalados no município, tem como base de amparo legal a Lei Complementar 123/2006.

Dessa forma, iniciou-se um trabalho de planejamento focado no capítulo de Acesso a Mercados da Lei Geral, estabelecendo ações a curto, médio e longo prazo, afim de, atingir os objetivos propostos. Discutidas e determinadas as ações, o trabalho de implementação do projeto iniciou ainda em 2013 a todo vapor, sendo que, os resultados preliminares fizeram com que o Prefeito Jones se sagrasse vencedor da Etapa Estadual da 8ª edição do Prêmio SEBRAE Prefeito Empreendedor na categoria de Novos Projetos, a mais concorrida da edição.

Esse reconhecimento serviu para dar ainda mais energia à equipe e ao Comitê Gestor para a continuidade das ações, convertendo o projeto em política pública de desenvolvimento municipal, transformando ações pontuais em continuadas e asseguradas legalmente.

Solução Proposta

Estabelecimento de um programa de desenvolvimento local sustentável para Entre Rios do Oeste, usando o poder de compra do município em favor dos pequenos negócios locais e regionais.

Resumo da situação antes da implantação do Projeto (cenário anterior)

Antes da implantação desse projeto, não existia nenhum tipo de política pública voltada aos pequenos negócios, muito menos da utilização do poder de compra do município investido na geração de desenvolvimento local.

Esta ausência se reflete hoje, por exemplo, na dificuldade em conseguirmos dados e percentuais de monitoramento das compras, antes de implantarmos o programa. Não havia um cadastro sistematizado e atualizado de fornecedores, muito menos as compras estratificadas por porte e localização da empresa, fato este, que dificulta sobremaneira que consigamos estabelecer um comparativo entre antes e depois em números exatos e passíveis de comprovação.

O que pode ser constatado na prática e no dia a dia é que verdadeiramente antes de 2013, nada havia sido feito no que diz respeito ao tratamento diferenciado e favorecido às MPE's nas licitações do município, basta dar uma verificada nos editais somente do ano de 2012, por exemplo, para se constatar essa afirmação. A situação não é diferente

quando se mede a aquisição feita pelo município de pequenas empresas da cidade, quando isso é possível claro, o índices também são muito baixos, se comparados aos atuais, o que levava o dinheiro arrecadado, aplicado nas compras e contratações, para outras cidades e o pior, pra outras regiões do estado e até mesmo para fora do estado

Os percentuais de compra de pequenos negócios, quando se tratava de MPE's da cidade eram sempre menores, o que havia então, era uma grande evasão de divisas do município para outras cidades maiores da região, desestimulando o empreendedorismo local, onde o dinheiro dos impostos pagos pelos contribuintes locais, praticamente não permanecia na cidade, gerado total dependência de recursos externos.

Mesmo com toda a dificuldade em conseguir dados precisos sobre às contratações anteriores, um trabalho praticamente artesanal foi feito, pois era preciso entender o que se tinha para então planejar e empreender ações que pudessem mudar o quadro encontrado. A tabela abaixo mostra os dados relativos somente ao ano de 2012, o ideal seria um mapeamento completo dos últimos 04 anos, no entanto, esse levantamento, pela falta de informação, se demonstrou inviável, mas com esses dados, comparando-os aos atuais, podemos ver claramente a notável diferença.

PROCESSOS LICITATÓRIOS EXERCÍCIO 2012	
Modalidade	
Convite	06
Tomada de Preços	09
Concorrência	09
Leilão	05
Pregão	81
Dispensa	14
Inexigibilidade	03
Total de Processos	127

VALORES POR MODALIDADE EXERCÍCIO 2012	
Modalidade	
Convite	R\$ 123.855,45
Tomada de Preços	2.539.544,05
Concorrência	1.896.157,81
Pregão	3.830.994,15
Dispensa	85.783,38
Inexigibilidade	105.800,00
Total	8.582.134,84

CONTRATAÇÕES - EXERCÍCIO 2012	
Valor Total Licitado	R\$ 8.582.134,84
Valor Total Contratado	R\$ 3.764.971,49
Valor Real contratado de Médias e	

Grandes Empresas	R\$ 112.888,65
Valor Real contratado de Micro e Pequenas Empresas - Geral	R\$ 3.652.082,84
Valor Real contratado de Micro e Pequenas Empresas - Outras Cidades	R\$ 2.015.628,78
Valor Real contratado de Micro e Pequenas Empresas - Locais	R\$ 1.636.454,06
Editais Exclusivos até R\$ 80.000,00	Nenhum
Editais com Cotas Exclusivas de 25%	Nenhum
Editais com previsão de Subcontratação	Nenhum

Como podemos perceber nas tabelas acima, depois de literalmente, "garimpar" informações, chegamos a alguns números passíveis de diversas considerações.

Analisando o número de processos por modalidade, o que logo nos chama a atenção é a quantidade de processos com relação ao total licitado, se considerarmos o valor total licitado, dividido pelo número de processos, teremos uma média de R\$ 67.585,86 por processo, um valor relativamente baixo, onde a adoção do tratamento favorecido às MPE's poderia ser pensado, caso essa fosse a prioridade e às contratações fossem planejadas pra isso. Claro que, trata-se de uma média onde todas as modalidades são consideradas e sabemos que em algumas situações isso não seria possível, no entanto, se formos afunilando o raciocínio, fica evidente que não faltaram oportunidades para aplicação dos benefícios às MPE's em 2012 e nos anos anteriores por analogia.

Nessa linha de raciocínio, se considerarmos os valores da modalidade Pregão, a qual pode-se estabelecer o tratamento diferenciado e favorecido às MPE's com mais facilidade, pois a mesma se aplica à aquisição e contratação de bens e serviços de natureza comum, teríamos uma média de R\$ 47.296,22, um valor menor ainda, o que demonstra mais uma vez que oportunidades não faltaram para a municipalidade trabalhar com a Lei Geral em suas contratações.

Analisando os valores das contratações por porte e localização das empresas, podemos constatar mais uma vez que a ausência de uma política pública voltada às MPE's locais, acabou resultando em uma enorme "exportação" de recursos do município.

Podemos começar analisando a notável diferença entre o Total real contratado, com relação ao real contratado de MPE's locais, em números exatos essa diferença chega ao montante de R\$ 2.128.517,43, recursos arrecadados pelo município que majoritariamente foram levados para outras localidades, se a maior parte desses recursos

tivessem ficado em Entre Rios do Oeste, teríamos ele girando e se multiplicando por um bom tempo antes de sair da economia local, gerando renda, emprego e crescimento.

Considerando somente o valor real contratado de MPE's de fora da cidade, temos a monta de R\$ R\$ 2.015.628,78, como podemos observar mais uma vez, são recursos do município sendo injetados na economia de outras cidades, gerando renda, empregos e riquezas em tantos outros lugares, menos em Entre Rios do Oeste.

Quando subtraímos desse valor, o montante contratado com MPE's locais, mais uma vez temos uma fuga grande de recursos da cidade, exatamente R\$ 469.174,72, quase meio milhão de reais, ou seja, a lógica a todo momento é invertida, em qualquer comparação às MPE's da cidade saem em desvantagem com relação às de outras localidades.

Em resumo de R\$ 3.764.971,49, efetivamente contratados, somente R\$ 1.636.454,06 ficaram com às MPE's do município, ou seja, mais de 2 milhões de reais saíram pelas portas da prefeitura nas contas de empresários de fora, fazendo com que uma economia já pouco dinâmica, ficasse mais lenta e prejudicada ainda.

Todo este preocupante quadro de evasão de divisas e de nenhuma ação governamental de apoio aos pequenos negócios se refletiu no Crescimento Empresarial do município, pois em um ambiente desfavorável de desenvolvimento, poucos empreendedores se disponibilizaram a investir na cidade, dados do Empresômetro de 2009-2012, demonstram claramente essa afirmação:

Ano	Empresas Ativas	MPE's Ativas
2009	182	176
2010	196	190
2011	225	217
2012	258	250
Fonte: empresometro.com.br		

Considerando o crescimento empresarial total, MPE's mais Outros Portes, os números indicam que de 2009-2012 foram criadas somente 76 novas empresas na cidade, uma média de 19 empresas ao ano, em termos percentuais o crescimento empresarial de Entre Rios do Oeste foi de 0,76% acumulado em quatro anos, sendo 0,19% ao ano. Números poucos expressivos, que mantiveram a economia local engessada e com baixíssimo dinamismo, por conta de um ambiente desfavorável para o surgimento de negócios, visto que, além dos problemas já citados, sabemos que em um município de pequeno porte, a tarefa do desenvolvimento local é extremamente complicada.

Os números do crescimento empresarial, refletiram claro, na arrecadação do município, conforme podemos observar, tendo como referência, mais uma vez o ano de 2012:

Ano	ISS	ICMS
2012	R\$ 247.871,61	3.392.244,74
Fonte: Tributação Prefeitura.		

Esses dados isolados não demonstram por si, se essa arrecadação é considerada realmente baixa, mas no momento em que fizemos o comparativo no próximo item, ficará clara a grande diferença entre os dois períodos, evidenciando que até 2012, de fato esta arrecadação pode ser considerada baixa e que após a implantação do projeto, a mudança salta aos olhos.

Até aqui demonstramos e comprovamos com informações e números, o quanto a ausência de uma política pública voltada aos pequenos negócios pode desacelerar de vez o ciclo do desenvolvimento local sustentável, principalmente no que diz respeito ao mau uso do poder de compra do município. Nesse bojo ainda desembocam toda uma série de questões.

Por exemplo, a equipe responsável pelas compras e licitações da prefeitura, não teve até 2012 nenhum tipo de treinamento para saber como e o que poderia ser feito para privilegiar às MPE's, principalmente locais, nas contratações, ficando, dessa forma, sem recursos técnicos que poderiam suscitar um olhar diferenciado para esta questão.

Da mesma forma, os empresários de pequenos negócios, não tiveram acesso a qualquer tipo de treinamento e/ou informação sobre os benefícios que lhes são de direito nas compras públicas, dessa maneira, a vontade de participação dos mesmos nos certames licitatórios do município, sempre foi muito pequena. Além do que, estando alheios aos seus direitos, conseqüentemente não cobravam do poder público a aplicação dos mesmos

Contratando muito com empresas de fora, outra situação muito difícil era a qualidade e os prazos de entrega de produtos, quanto mais distante a empresa vencedora do certame, menos compromisso se tinha com a qualidade, essa distância, por sua vez, também prejudicava a boa administração do município, pois os prazos de entrega tinham que ser muito longos e por diversas vezes não eram cumpridos. No final das contas, a população sempre foi a maior prejudicada nessa questão, pois o destinatário final das contratações é o munícipe.

Por fim, a Lei Geral das MPE's foi votada pelo legislativo e sancionada pelo executivo, afim de atender uma obrigatoriedade formal, ficando, no entanto, engavetada sem que seus mais simples mecanismos fossem implantados, quem dirá o tema de Acesso a Mercado.

Resultados Alcançados Depois da Implantação do Projeto

O que conseguimos, em primeiro lugar, com a implantação desta política pública foi a quebra de grandes paradigmas tanto internamente, no que tange a mudança de visão e sensibilização dos agentes públicos para as ações pretendidas, quanto externamente, com os empresários de pequenos negócios da cidade, que não viam nas licitações do município um mercado promissor para seus empreendimentos.

A ação definidora e responsável por todos os notáveis resultados que alcançamos até hoje, foi a atualização da Lei Geral Municipal, onde numa atitude extremamente corajosa e até mesmo visionária, tanto Gestor, quanto sua equipe e Procuradoria Jurídica, levaram o tema do desenvolvimento local sustentável aos mais avançados termos.

Inspirados em uma lei de um município vizinho, que a sancionou mas com receio de ter problemas, pouco aplicou, alteramos significativamente a temática de Acesso a Mercado de nossa Lei Geral, prevendo que, quando da aplicação dos benefícios constantes no artigo 48 da LC 123/2006, o município deveria realizar **Licitação Exclusiva para MPE's Locais**, desde que tenha no mínimo três fornecedores na cidade, devidamente qualificados para a oferta do objeto licitado.

Daí em diante, de posse deste aparato legal o município iniciou um trabalho de esclarecimento, treinamento e fomento para que os pequenos negócios locais pudessem se preparar para participar das licitações exclusivas, utilizando, para tanto, a sala do empreendedor, juntamente com o Comitê Gestor Municipal e acompanhamento do SEBRAE através do Programa Cidade Empreendedora.

Esse esforço inicial, com ótimos resultados parciais sagrou o Prefeito Jones, como vencedor da Etapa Estadual do Prêmio SEBRAE Prefeito Empreendedor, 8ª edição, na categoria de Novos Projetos.

2013 foi um ano de preparação, primeiro da legislação, depois da equipe interna de compras e licitação, empresários de pequenos negócios e de estruturação e planejamento

para que a prerrogativa legal aprovada pelo legislativo e sancionada, fosse aplicada em sua plenitude.

Os frutos diretos de todo esse trabalho começaram a ser colhidos efetivamente a partir de 2014, após ter um ambiente favorável e propício para que os trabalhos se iniciassem com segurança e legalidade.

Quando falamos em uso do poder de compra em favor do desenvolvimento local, conseguimos ver resultados mais rapidamente, a injeção de recursos na economia local surte efeitos imediatos. A intensidade dos editais exclusivos para MPE's locais foi aumentando gradativamente, gerando números e resultados impressionantes já em 2014

EXERCÍCIO 2014	
VALORES LICITADOS	
Valor Total Licitado	R\$ 18.739.692,39
Valor Licitado - Médias e Grandes Empresas	R\$ 2.781.110,79
Valor Licitado - Micro e Pequenas Empresas - Geral	R\$ 15.412.437,00
Valor Licitado - Micro e Pequenas Empresas - Outras Cidades	R\$ 8.907.805,07
Valor Licitado - Micro e Pequenas Empresas - Locais	R\$ 6.504.631,93
Valor Total Licitado - Empresas Locais - Geral	R\$ 7.409.862,13

EXERCÍCIO 2014	
VALORES CONTRATADOS	
Valor Total Contratado	R\$ 13.173.546,21
Valor Contratado - Médias e Grandes Empresas	R\$ 1.893.550,16
Valor Contratado - Micro e Pequenas Empresas - Geral	R\$ 10.828.267,46
Valor Contratado - Micro e Pequenas Empresas - Outras Cidades	R\$ 4.829.168,56
Valor Contratado - Micro e Pequenas Empresas - Locais	R\$ 6.184.898,90
Valor Total Contratado - Empresas Locais - Geral	R\$ 7.590.810,37

Em 2014 foram licitados R\$ 18.739.692,39 e contratados efetivamente R\$ 13.173.546,21, isso por conta das chamadas atas de registro de preço, uma forma de se preparar para demandas posteriores que possam aparecer sem que estejam programadas. Não gerando automaticamente obrigatoriedade de contratação.

Algumas questões chamam atenção no caso do primeiro quadro em comparação com o segundo, pois nem tudo que foi licitado, foi contratado, no entanto, as maiores

diferenças entre licitado e contratado estão no campo das Médias e Grandes Empresas e das Micro e Pequenas Empresas de Outras Cidades.

Este fator demonstra, que até mesmo na fase das contratações efetivas, a nova política pública de desenvolvimento local com foco nos pequenos negócios, possibilitou uma menor contratação de empresas de fora, e claro, conseqüentemente, os valores contratados de Micro e Pequenas Empresas Locais e de Empresas Locais em Geral, praticamente não sofreram alteração entre valores licitados e contratados. No que tange à contratação de empresas locais em geral, pode-se perceber uma pequena diferença para mais do que o licitado, fruto de aditivos contratuais, afim de suprir um pouco mais do que o total licitado.

A simples comparação entre os valores licitados e contratados, já comprova uma mudança de lógica com relação ao uso do poder de compra do município em favor dos pequenos negócios locais. No entanto, este caso merece uma análise específica e pormenorizada.

Como podemos perceber no quadro de contratações efetivas, do montante de R\$ 13.173.546,21 de contratações efetuadas em 2014, **R\$ 7.590.810,37 foram contratados de empresas locais**, nada menos que 59% de todas às contratações de 2014, no que diz respeito especificamente **às MPE's locais, o montante chega a R\$ 6.184.898,90**, 46,94% com relação ao total contratado , um imenso avanço, já no primeiro ano de aplicação plena dos benefícios e da nova lei geral municipal. Se considerarmos todo o valor licitado onde Micro e Pequenas Empresas em Geral foram vencedoras, chegamos a marca notável de 82,24% no ano de 2014, recursos que além de permanecerem na cidade, também contribuíram para o desenvolvimento dos pequenos negócios em toda a região.

Outro dado que chama a atenção é o valor **contratado com MEI's - Microempreendedores Individuais** (conforme anexo Planilha de Controle de Compras ERO - 2014), a maioria esmagadora do município, R\$ 174.148,14, entraram nas contas dos MEI's locais, oportunizando até mesmo que alguns, por aumento de faturamento, migrassem para o porte de Micro Empresa.

Para termos um panorama ainda mais claro dos resultados, podemos fazer uma comparação dos números de 2012, antes da implantação do projeto e de 2014, ano de início da efetiva aplicação dos benefícios.

CONTRATAÇÕES	2012	2014	Diferença para
--------------	------	------	----------------

			mais em 2014
Valor Real contratado de Micro e Pequenas Empresas - Locais	R\$ 1.636.454,06	R\$ 6.184.898,90	R\$ 4.584.444,84
Valor Real contratado de Empresas Locais - Geral	R\$ 1.738.947,71	R\$ 7.590.810,37	R\$ 5.851.862,66

O quadro acima demonstra claramente a exorbitante diferença de contratações com empresas locais, antes e depois do projeto, resultados impressionantes que não imaginávamos alcançar ainda em 2014. Subtraindo o montante relativo a 2012 do contratado em 2014 de MPE's Locais, temos a soma de R\$ 4.584.444,84 a mais do que antes, é quase 4 vezes mais de injeção de recursos na economia local.

Mais impressionante ainda, é quando comparamos o total contratado em 2014 de todas as empresas da cidade, independente do porte, com o ano de 2012, são quase 6 milhões, praticamente 5 vezes mais do que no exercício de 2012, isso sem ter aumentos significativos de orçamento e receitas em 2014 com relação ao ano comparado, ou seja, 2012.

Grande parte desses singulares resultados, se deve à aplicação dos benefícios previstos na lei geral das MPE's, de **nenhum Edital com tratamento diferenciado em 2012, passamos a 11 Editais de Contratação Exclusiva de MPE's Locais**. Nesse início de processo e conforme planejado em 2013, iniciamos à aplicação dos benefícios com às Exclusivas, para que então, passássemos aos demais, com segurança, legalidade e experiência, tanto da equipe interna, quanto dos empresários locais.

Edital de Tratamento Diferenciado	2012	2014
Editais Exclusivos até R\$ 80.000,00	Nenhum	76
Editais com Cotas Exclusivas de 25%	Nenhum	Nenhum
Editais com previsão de Subcontratação	Nenhum	Nenhum

Continuando a implantação do projeto em 2015, os resultados foram ainda melhores e conseguimos avançar nos demais tratamentos, conforme podemos observar no quadro abaixo:

EXERCÍCIO 2015	
VALORES LICITADOS	
Valor Total Licitado	R\$ 14.698.087,24
Valor Licitado - Médias e Grandes Empresas	R\$ 1.863.401,57
Valor Licitado - Micro e Pequenas	

Empresas - Geral	R\$ 12.649.453,47
Valor Licitado - Micro e Pequenas Empresas - Outras Cidades	R\$ 5.701.573,46
Valor Licitado - Micro e Pequenas Empresas - Locais	R\$ 6.947.879,41
Valor Total Licitado - Empresas Locais - Geral	R\$ 7.082.811,61

EXERCÍCIO 2015	
VALORES CONTRATADOS	
Valor Total Contratado	R\$ 16.493.521,27
Valor Contratado - Médias e Grandes Empresas	R\$ 3.531.045,36
Valor Contratado - Micro e Pequenas Empresas - Geral	R\$ 12.646.219,50
Valor Contratado - Micro e Pequenas Empresas - Outras Cidades	R\$ 6.197.280,59
Valor Contratado - Micro e Pequenas Empresas - Locais	R\$ 6.448.938,91
Valor Total Contratado - Empresas Locais - Geral	R\$ 7.045.419,46

O ano de 2015 apresentou um valor de contratação maior do que o licitado, devido a aditivos de licitações e atas de registro de preços oriundas do exercício anterior, de R\$ 14.698.087,24, foram contratados R\$ 16.493.521,27 quase R\$ 1.800.000,00 a mais. Percebe-se um crescimento com relação ao licitado e o contratado de Médias e Grandes Empresas, devido a convênios de grandes obras que foram executadas no município, no entanto, cabe ressaltar **que do valor das Médias e Grandes, R\$ 426.064,73, foram contratados de empresas de Entre Rios do Oeste**, ficando, portanto, parte do montante na economia do município.

O total licitado e contratado de MPE's Locais mais uma vez sofre uma importante variação, chegando à soma de **R\$ 6.448.938,91**, assim como, o valor contratado de Empresas Locais em Geral, somando R\$ 7.045.419,46. Ao compararmos o exercício de 2014 com 2015, temos um **crescimento na contratação de MPE's Locais de quase R\$ 270.000,00**, já o total contratado de Empresas Locais em Geral, permaneceu estável, com uma pequena variação.

A contratação de MEI's da cidade, também teve um aumento significativo, passando de R\$ 174.148,14 em 2014, para R\$ 284.622,50 em 2015, um aumento de **61,18%** (conforme anexo Planilha de Controle de Compras ERO - 2015).

Se fizermos o exercício de comparar mais uma vez o ano de 2012, antes da implantação do projeto com 2015, teremos mais uma vez resultados notáveis apresentados pelo projeto.

CONTRATAÇÕES	2012	2015	Diferença para mais em 2015
Valor Real contratado de Micro e Pequenas Empresas - Locais	R\$ 1.636.454,06	R\$ 6.448.938,91	R\$ 4.812.484,85
Valor Real contratado de Empresas Locais - Geral	R\$ 1.738.947,71	R\$ 7.045.419,46	R\$ 5.306.471,75

Assim como, no exercício de 2014, em 2015 os valores contratados de empresas locais foram extremamente maiores, no caso das **MPE's Locais contratamos R\$ 4.812.484,85** a mais do que em 2012, se compararmos ainda, o volume de contratações de 2014 a 2015, tivemos um aumento de R\$ 228.040,01 de um ano para outro no que diz respeito às MPE's locais. Quanto ao valor real contratado de Empresas Locais em Geral, em um comparativo com 2012, tivemos R\$ 5.306.471,75 a mais de contratações. Novamente em 2015 contratamos quase 4 vezes mais de MPE's Locais do que em 2012, sob o valor real de contratações com todos os portes de empresas locais, o montante passa de 4 vezes mais do que em 2012, resultados que por si representam o sucesso do projeto.

Os resultados em 2015 se mantiveram estáveis, com aumento significativo no volume de contratações de MPE's Locais, mais uma vez pela aplicação plena dos benefícios legais, avançando nos tipos de benefícios e no número de editais. Além de **47 Editais Exclusivos**, tivemos **03 Editais com Cotas Exclusivas de 25%**, que juntos somaram **R\$ 733.818,87** e ainda pela primeira vez e com grande desafio para sua construção, **01 Edital de Subcontratação no valor de R\$ 260.400,00.**

Editais de Tratamento Diferenciado	2012	2014	2015
Editais Exclusivos até R\$ 80.000,00	Nenhum	76	47
Editais com Cotas Exclusivas de 25%	Nenhum	Nenhum	03
Editais com previsão de Subcontratação	Nenhum	Nenhum	01

Se fizermos a soma desses dois anos de aplicação efetiva dos benefícios, onde sedimentamos às bases de uma política pública de desenvolvimento com foco nos

pequenos negócios, a partir do uso do poder de compra, termos um montante de recursos impressionante:

CONTRATAÇÕES	2014	2015	TOTAL
Valor Real contratado de Micro e Pequenas Empresas - Locais	R\$ 6.184.898,90	R\$ 6.448.938,91	R\$ 12.633.837,81
Valor Real contratado de Empresas Locais - Geral	R\$ 7.590.810,37	R\$ 7.045.419,46	R\$ 14.636.229,83

Todo esse trabalho de resultados comprovados até aqui, levaram a outros indicadores indiretos importantes que representam claramente a efetividade desta política pública. A criação de novos negócios sofreu um aumento substancialmente alto, considerando-se o porte populacional do município.

Dados do Empresômetro dão conta de que no período de **2013 a 2015, 108 novas empresas foram abertas** na cidade, uma média de 36 empresas ao ano, **32 empresas a mais do que no período de 2009 a 2012**, ou seja, criamos 32 empresas a mais em 03 anos, depois da implantação do projeto, do que antes, em um período de 04 anos.

Ano	Empresas Ativas	MPE's Ativas
2013	305	296
2014	359	349
2015	413	397
Fonte: empresometro.com.br		

Este expressivo aumento no número de empresas ativas no município, demonstra uma economia aquecida e dinâmica, gerando emprego, renda, inclusão produtiva e melhor, qualidade de vida, comprovando que estamos no caminho certo, para paulatinamente e a longo prazo, deixarmos de ser tão dependentes de fontes externas de recursos, vivendo o desenvolvimento local sustentável tão sonhado.

Através de incentivos no desenvolvimento sustentável, observamos a evolução da arrecadação de impostos como o ISS e ICMS:

Ano	ISS	ICMS
2013	R\$ 290.373,37	R\$ 3.952.744,08
2014	R\$ 365.401,61	R\$ 4.469.895,43
2015	R\$ 413.213,32	R\$ 5.593.897,47
Fonte: Tributação Prefeitura.		

A evolução crescente da arrecadação municipal após a implantação do projeto é extremamente significativa, o ISS de 2013 para 2015 teve um crescimento de R\$ 122.839,95, um incremento de mais de 70% desse imposto na receita municipal. Já no

que diz respeito ao ICMS de 2013 para 2015 ocorreu um crescimento de R\$ 1.641.153,39, correspondendo, também a mais de 70% de aumento na arrecadação do imposto no período.

Voltando ao exercício de comparação do ano de 2012, antes do projeto e 2015, com a implantação do projeto, a diferença na arrecadação também se mostra extremamente significativa:

Ano	ISS	ICMS
2012	R\$ 247.871,61	R\$ 3.392.244,74
2015	R\$ 413.213,32	R\$ 5.593.897,47
Diferença	R\$ 165.341.71	R\$ 2.201.652,73
	Fonte: Tributação Prefeitura.	

O antes e o depois do projeto, mais uma vez demonstram resultados que saltam aos olhos, o ISS de 2012 para 2015 aumentou em R\$ 165.341.71, chegando a quase 60% a mais do imposto na receita do município, enquanto o ICMS em 2.201.652,73, chegando a praticamente 61% de aumento na arrecadação.

Essa comparação e a constatação de uma evolução constante tanto do aumento do número de empresas ativas, quanto da arrecadação municipal, revela a eficácia a curto prazo da utilização do poder de compra do município em favor dos pequenos negócios. Dessa maneira, temos a certeza que concretamente, a longo prazo, esse projeto que se tornou política pública municipal nos levará ao nosso principal objetivo, de fazer com que Entre Rios do Oeste se desenvolva endogenamente, cada vez mais autônoma, uma cidade de pequeno porte, provando que investir nos pequenos negócios é a melhor decisão que um gestor público pode tomar.

Outros resultados importantes que não dizem respeito diretamente a injeção de recursos na economia local, mas que colaboraram enormemente para que isso ocorresse também foram alcançados.

Por conta das ações empreendidas nos projetos, capacitamos 32 Servidores Municipais, de todos os departamentos e secretarias, sobre como operacionalizar o tratamento diferenciado e favorecido às MPE's e na outra ponta capacitamos também, 19 Micro e Pequenos Empresários, para que se empoderassem de seus direitos legais e começassem a participar da licitações exclusivas que começávamos a promover.

Este trabalho de capacitação foi importantíssimo, pois do lado dos Servidores, era preciso, além da aquisição de capacidades técnicas específicas, despertar uma sensibilização de que a utilização do uso do poder de compra do município impactaria

profundamente no desenvolvimento local, mas que, em um primeiro momento, os mesmos teriam mais trabalho e dúvidas para fazer o esperado acontecer. E assim aconteceu, em parceria com o SEBRAE treinamos e sensibilizamos todos os envolvidos de alguma forma com às contratações, que entenderam a importância de sua atuação nesse grande projeto e que se cada desse o seu máximo, todos iriam ganhar, porque afinal todos são cidadãos de Entre Rios do Oeste.

Ainda nesse bojo, outra ação importante que podemos considerar um resultado desse processo é a sinergia sem igual dos setores envolvidos diretamente nas contratações do município, vale ressaltar que a Procuradoria Jurídica, responsável pelas alterações legais e pareceres nos processos licitatórios, é ocupada por uma Advogada do quadro Efetivo do município, algo que contribui muito no processo, pois evitou-se ingerências políticas e ainda vai contribuir, pois sendo o profissional concursado, temos mais um elemento importante de continuidade dessa política pública.

Nessa linha de pensamento, foi criada através de lei municipal a função de Agente de Desenvolvimento, e posteriormente criado o cargo em concurso público, publicado no diário oficial em 25/09/2013, tendo esse servidor efetivo tomado posse em 03/02/2014. Vale ressaltar que o município de Entre Rios do Oeste foi pioneiro no Estado do Paraná, e segundo a nível nacional a concursar o agente de desenvolvimento.

Quanto aos empresários os treinamentos foram e vêm sendo definidores do sucesso do projeto, pois de nada valeria uma legislação que privilegiasse às MPE's Locais, equipe preparada e sensibilizada, editais sendo publicados e executados, se os empresários locais não participassem efetivamente do projeto, assim como, não se preparassem adequadamente para participar de forma regular, atendendo todas às prerrogativas legais para contratar com o município.

Para garantir a implementação e aplicação do programa, houve a articulação do Comitê Gestor local para que fossem feitas alterações no orçamento do município. Com isso, a secretaria de Indústria, Comércio, Turismo e Desenvolvimento Econômico, responsável pela execução do programa, teve seu orçamento aumentado de 796.140,00 em 2013 para 2.428.500,00 em 2014, o que representa praticamente o triplo.

Vários resultados intangíveis poderiam ser listados aqui com a implantação do projeto, impactos econômicos e sociais que estão fazendo Entre Rios do Oeste se destacar, mesmo sendo um município de pequeno porte cercado por importantes cidades da

região como Toledo, Marechal Cândido Rondon, Santa Helena, Foz do Iguaçu e tantos outros.

Tudo isso, fruto de uma opção clara, objetiva, corajosa e firme pelo desenvolvimento local com foco nos pequenos negócios, nossas expectativas é de que esse projeto tome mais corpo, cresça cada vez mais e o mais importante, permaneça como uma política pública contínua, independente de questões políticas ou de outras ordens, é para isso que estamos trabalhando.

Principais Desafios Enfrentados

Lidar com um processo de mudança de cultura e quebra de paradigmas é sempre um trabalho cheio de grandes desafios, a mudança em si causa um desconforto natural nas pessoas, ainda mais quando estão envolvidas questões de legalidade, recursos financeiros, político-eleitorais e de práticas já cristalizadas e consideradas como as "únicas" corretas, pois é o que todos fazem.

Foi nessa teia de desafios que enredou-se este projeto, as barreiras que foram e ainda estão sendo transpostas são muitas, mas vamos elencar aqui as principais que exigiram dos envolvidos, muito trabalho, persistência, dedicação e sobretudo coragem, para desenvolver esse projeto e colher os frutos que estamos colhendo.

O primeiro grande desafio já foi exposto ligeiramente aqui, trata-se da alteração substancial que foi feita na Lei Geral do município e que possibilitou os extraordinários resultados aqui descritos, quando todos falavam sobre a impossibilidade do chamado "cerceamento geográfico" nas licitações, como uma questão já resolvida e pacificada, buscamos outro entendimento, inovador e que poderia privilegiar os pequenos negócios locais, sem infringirmos a lei e o princípio da competitividade.

Cabe ressaltar, que nossa inspiração veio de um município vizinho, a cidade de Mercedes, que já havia feito a alteração em sua lei municipal, mas quando iniciou sua aplicação e começou a ter problemas de toda ordem, acabou por optar em não aplicar, ou aplicar com menos intensidade a lei que construíram.

Ao construirmos a minuta, que veio mais tarde a ser denominada Lei Complementar 042/2013, que alterou a Lei Complementar 020/2009, incluímos no tema de Acesso a Mercado que, quando da aplicação dos benefícios garantidos por lei às MPE's nas compras públicas, **às licitações poderiam ser destinadas unicamente a micro e pequenas empresas sediadas no município**, desde que tenha no mínimo 03 empresas

capazes de suprir o objeto licitado, caso não tenha, a exclusividade será destinada a MPE's da região. Para chegarmos a estes termos, fizemos longos estudos e discussões jurídico-legais, afim de, não cometermos qualquer ilegalidade.

Vencido esse primeiro desafio que nos exigiu muito do ponto de vista técnico, jurídico e político, iniciamos o processo de aplicação efetiva da lei e aí nos deparamos com mais um grande desafio, a ideia incutida na mentalidade dos empresários locais de que somente empresas de fora e grandes que venciam licitações no município. Imbuídos desse pensamento, participavam muito pouco dos processos, sendo quase sempre, as mesmas empresas, no entanto, para alcançar os objetivos do projeto precisaríamos da participação em massa das MPE's locais nas licitações.

Iniciamos então, um processo intenso, em parceria com a Associação Comercial, de sensibilização, capacitação e de envio de informações aos empresários para que se motivassem em participar das licitações e percebessem que se tratava sim de um projeto sério para o desenvolvimento de seus negócios. Estabelecemos, a partir daí, um planejamento das compras, identificando as oportunidades para os pequenos negócios e entrando em contato direto com os mesmos a cada edital que publicávamos, por telefone, e-mail, órgãos de imprensa, site da prefeitura, enfim, lançamos mão de todos os meios disponíveis para publicizar não só às licitações exclusivas para às MPE's locais, mas todos os processos que abríamos.

Em um primeiro momento, enfrentamos uma certa desconfiança dos empresários locais, pois não estavam acostumados a esse tipo de atitude por parte do poder público municipal, mas com a continuidade do trabalho tivemos respostas cada vez mais exitosas. Hoje os pequenos empresários locais adotaram na rotina de suas empresas, a participação nos processos licitatórios, como algo importante e até mesmo, natural, do cotidiano.

Depois de conseguir ultrapassar essas duas grandes barreiras e iniciar plenamente as ações previstas, nos deparamos com mais um desafio, que exigiu de todos muita segurança e do Prefeito Jones, muita firmeza e certeza de que não recuaria, pois estávamos no caminho certo.

Com o advento dos editais exclusivos para MPE's Locais, toda e qualquer empresa que vir de fora, por aplicação da lei, é desabilitada, não podendo assim, participar do certame. Esta prática gerou inúmeros embates, discussões e até mesmo confrontos por parte dos empresários de outra cidades com o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, ocorreu

até mesmo situação em que, foi necessária a ameaça de acionar a força policial para que os ânimos se acalmassem.

Dentre tantas situações conflituosas e problemáticas, uma chegou a sair do âmbito local, se transformando em mandado de segurança com pedido de liminar, situação que de início assustou um pouco todos os envolvidos. Mas tínhamos a certeza da legalidade do que estávamos fazendo e enfrentamos os questionamentos na esfera judicial, como havia de ser e obtivemos êxito na derrubada das duas liminares, mantendo os resultados originais do certame.

Nosso amparo legal se solidificou ainda mais quando o TCE - Tribunal de Contas do Estado do Paraná, através de sua Diretoria de Contas Municipais - DCM, se pronunciou acerca de um recurso administrativo impetrado por uma empresa questionando a aplicação da exclusividade local em licitação do município de Mercedes.

O entendimento da DCM se alinhou diretamente com os princípios de nosso projeto, pois entende a exclusividade local no tratamento favorecido às MPE's como uma forma de "promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional" (Instrução 1547/2011 - DCM/TCE), ainda citando Marçal Justen Filho, a DCM enfatiza que esse "direcionamento" das licitações para os pequenos negócios locais, "configura-se como um meio de intervenção do Estado, nos domínios econômico e social, inclusive para cumprir ao desígnio constitucional da redução das desigualdades regionais e da eliminação da pobreza". A instrução supracitada, encontra-se completa no **Anexo Instrução DCM**.

Diante de mais uma confirmação da legalidade de nossos atos, continuamos a dar andamento no projeto e nos deparamos com mais um desafio, dessa vez, na atuação de algumas MPE's Locais, que tentando levar vantagens indevidas da política pública criada, começaram a inflacionar os preços de produtos e serviços nas cotações enviadas para a formação dos preços médios. Quando começamos a perceber esse movimento, fizemos algumas pesquisas de mercado e constatamos uma grande diferença com os valores praticadas por alguns pequenos empresários da cidade, desse modo, fizemos diligências em alguns estabelecimentos, constatando que de fato, os preços estavam exageradamente acima daqueles praticados nas prateleiras dos estabelecimentos.

Considerando esse quadro complicado com o qual nos deparamos, chegamos a um momento crítico, pois os próprios beneficiários do novo projeto que se implantava, estavam agindo de forma a prejudicá-lo, sendo assim, adotamos a estratégia de fazer as

cotações de preço diretamente nos estabelecimentos, acrescentando uma margem média, conforme o praticado pelo mercado para aquele tipo de produto, assim conseguimos estancar a tentativa de formação de "cartel" que arriscaria e jogaria por terra todo o trabalho que estava sendo feito. Hoje, nos deslocamos menos aos estabelecimentos para fazer esse tipo de trabalho, pois os empresários entenderam que o que estavam fazendo poderia prejudicar a eles mesmos e ao projeto de desenvolvimento como um todo.

Os desafios expostos aqui, são os principais que enfrentamos e que em determinados momentos, pesaram para os responsáveis pelas ações, mas capitaneados pela liderança do Prefeito Jones e crentes de que os resultados demonstravam que estávamos no caminho certo, superamos os desafios e mantivemos o projeto em pleno andamento, o qual só tende a crescer cada vez mais.

Relação Entre Recursos Previstos e Resultados Alcançados (custo/benefício)

Um projeto que em apenas dois anos, contribui decisivamente para a injeção de nada mais nada menos que R\$ 14.636.229,83 na economia local, sem dúvida tem a melhor relação custo/benefício possível.

A relação entre as despesas do projeto e o aumento no volume de contratações de MPE's Locais, é extremamente interessante e demonstra que, com pouco investimento, mas com planejamento, inovação, trabalho sério e comprometido é possível que se atinja grandes resultados.

Os números comparativos abaixo, demonstram claramente a eficácia dos benefícios tangíveis e intangíveis das ações empreendidas:

Tipo de Contratação	2012	2014	Diferença
Micro e Pequenas Empresas Locais	R\$ 1.636.454,06	R\$ 6.184.898,90	R\$ 4.548.444,84

Conforme ilustrado no quadro acima, de 2012, antes do projeto, para 2014, primeiro ano de aplicação dos benefícios às MPE's Locais, tivemos um aumento de contratação de **R\$ 4.548.444,84** com pequenos negócios da cidade.

Tipo de Contratação	2012	2015	Diferença
Micro e Pequenas Empresas Locais	R\$ 1.636.454,06	R\$ 6.448.938,91	R\$ 4.812.484,85

No mesmo comparativo, agora com relação ao ano de 2015, a contratação de MPE's Locais foi de **R\$ 4.812.484,85** a mais do que em 2012.

Somando-se os anos de 2014 e 2015, temos um volume de contratação com MPE's Locais na ordem de **R\$ 9.360.929,69**, tudo isso a um custo total de **R\$ 167.691,00** investidos no projeto.

Por fim, uma política pública capaz de mobilizar tantos recursos do poder de compra do município, para contratações com Micro e Pequenas Empresas Locais, deixando a maior parte do recurso arrecadado girando na economia local, tem sua auto-sustentabilidade comprovada, não só pelos números, mas pelos efeitos benéficos para a sociedade como um todo.

Principais Parcerias Firmadas

Um trabalho dessa magnitude, com resultados extremamente positivos não pode ser feito sem a mobilização de parceiros estratégicos que possibilitem a mobilização de esforços unificando diferentes expertises, mobilizando o público-alvo e todos os atores envolvidos para o sucesso do empreendimento.

O Poder Legislativo do município atuou de forma decisiva na análise das modificações na Lei Geral Municipal, demonstrando um grande entendimento da importância do amparo legal para que o projeto pudesse ser desenvolvido. A aprovação por unanimidade da lei proposta, trouxe um respaldo ainda maior para a implantação das ações que virem em seguida.

A Associação Comercial e Industrial de Entre Rios do Oeste, como representante dos interesses da classe empresarial do município, foi outro parceiro de grande importância, pois atuou fortemente na sensibilização e mobilização dos pequenos negócios, oferecendo legitimidade junto aos empresários, para que pudessem confiar no que estava sendo proposto, além de disponibilizar espaço para a Sala do Empreendedor e para as conciliações da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem.

Os Escritórios de Contabilidade e Contadores Autônomos, também vêm sendo grandes parceiros do projeto, tanto que há um contador participando do Comitê Gestor. Os mesmos especializaram-se para prestar serviço aos empresários que, pela primeira vez iriam participar de um processo licitatório e não tinham conhecimento necessário para a preparação da documentação. Vale ressaltar, que tais serviços ainda vêm sendo prestados e a valores bem acessíveis, possibilitando assim, a participação cada vez maior dos micro e pequenos empresários locais nas licitações do município, serviço este que também é oferecido gratuitamente pela Sala do Empreendedor.

O Comitê Gestor Municipal da Lei Geral, composto por representantes do governo municipal e da sociedade civil organizada, que conta com a participação ativa do prefeito Jones nas reuniões, tem sido o braço forte na implementação das ações de planejamento e proposições, assim como, exercendo o papel de controle social da política pública voltada aos pequenos negócios, discutindo e monitorando a implementação da Lei Geral no município.

Por fim, nosso grande e decisivo parceiro é o SEBRAE, que desde o início vêm oferecendo sua expertise através da disponibilização de profissionais qualificados em Consultoria e Instrutoria. A oferta de treinamentos tanto em compras públicas e governamentais, quanto em gestão e empreendedorismo às MPE's é fator decisivo para que os empresários se preparem adequadamente para explorar esse novo mercado que se abre. Cabe ressaltar que foi de responsabilidade do SEBRAE a preparação da equipe de licitações e compras da prefeitura, para os desafios que estavam por vir.

O Programa Cidade Empreendedora, tem nos dado condições metodológicas de implementar os mecanismos da Lei Geral, criando um ambiente cada vez mais favorável às MPE's, não só na questão específica das compras públicas, mas de todas as questões que dizem respeito ao desenvolvimento local com foco nos pequenos negócios.

Outras Ações Importantes

Muito do que foi feito para alcançarmos sucesso no projeto foi relatado até aqui, portanto, vamos pontuar abaixo as ações que consideramos mais importantes e que, sem as quais não teríamos alcançado êxito:

- Assinatura do Termo de Cooperação para execução do Programa Cidade Empreendedora;
- Planejamento Estratégico das ações junto ao Comitê Gestor Municipal da Lei Geral;
- Mudança na Lei Geral Municipal criando as licitações exclusivas para MPE's Locais;
- Treinamento de Servidores Municipais para aplicação dos benefícios às MPE's;
- Capacitação dos Pequenos Empresários Locais, sensibilizando-os e preparando-os para a participação nos certames ;
- Planejamento das compras com identificação de oportunidades para os pequenos negócios;
- Divulgação das licitações às MPE's Locais através de todos os meios de comunicação: E-mail, Telefone, Site do Município, Imprensa Local e Associação Comercial;

- Criação do Portal do Fornecedor no site do município, facilitando o acesso aos editais e cadastro de fornecedores;
- Construção dos editais de tratamento favorecido às MPE's Locais, de acordo com a modificação feita na lei geral municipal;
- Cotação de preços feita nos estabelecimentos locais, evitando a formação de "cartel" e inflação dos preços médios nos termos de referência;
- Pagamento em até 30 dias, conforme contrato, ou até mesmo antecipado, dependendo da agilidade do empresário em fornecer os documentos necessários
- Fomento de novos negócios para ampliar as possibilidades de contratação com MPE's Locais.

Por fim, com o empreendimento das ações do projeto, temos hoje uma relação institucional muito diferente que antes, a partir dos esforços feitos, os empreendedores locais hoje confiam no poder público municipal, aqueles que antes tinham grandes resistências em contratar com o município por fama de mal pagador, de direcionamento de licitações ou favorecimento de alguma forma de grandes empresas de fora, hoje estão presentes, sempre que possível, nos processos licitatórios.

O ganhos obtidos com essa mudança são imensuráveis, pois tudo aquilo que vêm do poder público para os empreendedores locais, agora é bem visto, a adesão é a maior possível. Ganham os empresários, a administração municipal e principalmente o município como um todo.

Considerações Finais

Diante de todos os argumentos e números expostos aqui, estamos extremamente otimistas com relação ao futuro de nosso município, os resultados já alcançados, demonstram claramente que estamos no caminho certo e que optar pelos pequenos negócios na cidade e no campo como base do desenvolvimento municipal, foi a decisão mais acertada que tomamos.

Os efeitos da injeção dos montantes significativos de recursos na economia local podem ser observados no cotidiano da cidade, mesmo em um período onde vivemos no país uma série de dificuldades econômicas, nossas MPE's continuam no mercado, gerando renda, empregos e desenvolvimento.

Nosso grande objetivo vêm paulatinamente sendo alcançado, temos a convicção de que a longo prazo, vamos emancipar nossa cidade da dependência exclusiva de receitas externas que encham nosso futuro de incertezas.

Estamos, nesse momento em um movimento contrário ao que assistimos na maioria dos municípios da nossa região e do estado do Paraná, enquanto a maioria enfrenta sérias dificuldades financeiras, nós seguimos investindo e aquecendo a economia local através de projetos como esse, que aliás, deixou de ser somente um projeto para se tornar uma política pública municipal de desenvolvimento local sustentável, que certamente perdurará por muito mais tempo e alcançará resultados ainda maiores e melhores.

Relato dos beneficiados

Nome	Telefone	Função	Relato
Irene Sauer	(45) 32571223	Beneficiária MEI	<p>Sou Irene Sauer, Costureira há aproximadamente 28 anos e há dois anos e meio mais ou menos formalizada como MEI, nunca havia pensado em abrir uma empresa, mas desde que a prefeitura passou a incentivar aos pequenos empresários que nem eu, para participarem das licitações e que ofereceu capacitações que começou a dar a preferência para as empresas daqui ou quando não tinha três daqui, daí as da região na hora da licitação, passei a ver a oportunidade de crescer e aumentar a minha renda.</p> <p>Atualmente tenho 03 licitações em andamento que ganhei, e às vezes tenho tanto trabalho que não tem feriado ou fim de semana, às vezes passo 12 ou até 15 horas costurando, mas gosto do que faço, gosto muito da minha profissão e acho isso gratificante, devido ao grande volume de trabalho contratei uma pessoa para me ajudar temporariamente, o resultado disso é uma renda muito melhor daquela que eu tinha antes.</p> <p>Entre Rios do Oeste, PR, 27 de Novembro 2015.</p>
B & G Construtora	(45) 98180169	Beneficiário Subcontratação	<p>Meu Nome é Mayco Roberto Vogt, sou saclo proprietário de uma microempresa, a construtora B e G e começamos como construtora há um ano.</p> <p>Recentemente participamos de uma licitação onde o Município de Entre Rios do Oeste licitava uma obra relativamente grande, e exigia no edital a subcontratação de micro e pequenas empresas, ficamos muito satisfeitos, pois sabíamos que se uma empresa de grande porte viesse participar e</p>

			<p>por ventura vencesse a licitação, ainda assim teríamos chances de sermos subcontratados por ela, mas a experiência foi ainda melhor do que esperávamos, pois nenhuma empresa grande apareceu e disputamos a licitação com outra microempresa, fomos vencedores da licitação e tivemos a oportunidade de fazer uma obra que para nossa empresa é grande.</p> <p>Ações como essa, ajudam o nosso Município a crescer e melhorar porque, toda essa renda que provavelmente iria para fora do município, com atitudes assim acaba ficando aqui afinal todos os nossos funcionários são de Entre Rios do Oeste.</p> <p>Entre Rios do Oeste, PR, 26 de Novembro 2015.</p>
ACW Vendas	(45) 99123542	Beneficiário Migrado MEI para ME	<p>Por muitos anos trabalhei como representante comercial vendendo material gráfico, até que percebi a oportunidade no Município de Entre Rios do Oeste, de abrir uma empresa para vender material gráfico e brindes para a Prefeitura, participando de licitações e através da aplicação da lei Municipal da micro e pequena empresa que é a de até R\$ 80.000,00.</p> <p>Então abri a empresa como MEI, pensando que poderia manter as vendas até os R\$ 5.000,00 por mês, mas com a venda para a Prefeitura e para as outras empresas, a demanda subiu muito e acabei rapidamente migrando de MEI para Microempresa, estou com quatro funcionários e a empresa está se expandindo cada vez mais, espero continue assim.</p>
Volnei Elisandro Heinzmann	(43) 2571268	Pregoeiro	<p>Meu Nome é Volnei Elisandro Heinzmann, sou servidor efetivo do Município de Entre Rios do Oeste - PR e desenvolvo a função de Pregoeiro desde que assumi inicialmente como cargo comissionado, no mandato do Prefeito Jones Neuri Heiden.</p> <p>Lembro que quando Jones assumiu a administração e nos convidou para fazer parte da equipe, ele deixou muito claro que queria pessoas que fizessem a diferença junto a ele, profissionais comprometidos com o povo de Entre Rios do Oeste e isso significava valorizar as empresas locais, gerar mais empregos, renda, melhorar a qualidade de vida da população, queria que o dinheiro do município ficasse no município, e neste contexto iniciamos a jornada de trabalho em busca de soluções para atender ao desejo dele, e de encontro a isso veio o SEBRAE, onde descobrimos que no Município existia uma Lei Municipal que nunca havia sido aplicada até então, que dava</p>

esse tratamento diferenciado que o Prefeito tanto queria, então aderimos ao Programa Cidade Empreendedora SEBRAE, com ele veio o trabalho do Comitê Gestor, as capacitações e finalmente a aplicação da Lei, com ela também vieram muitos desafios e dificuldades, as ameaças por parte dos empresários que não eram do Município ou da Região e que eram literalmente barrados de participarem das licitações (editais de exclusividade), foram muitas as ameaças, tentativas de impugnação, recursos administrativos, mandados de segurança, pedidos de liminar, mas graças à firmeza do nosso Prefeito, da Assessoria/Procuradoria Jurídica que por muitas vezes nos socorreu durante as licitações, do Articulador do SEBRAE que jamais se negou a nos auxiliar em nossas dificuldades, de um Comitê Gestor participativo e parceiro, da nossa Equipe do Setor de Compras que é unida, não desistimos e conseguimos alcançar o propósito proposto pelo Prefeito, e a maior prova disso são os números de compras realizadas pelo Município de empresas locais, números estes que inclusive já foram tese de pós _ graduação do Contador do Município.

Estamos felizes em fazer parte de uma mudança tão significativa e importante para Entre Rios do Oeste, e é muito bom ouvir dos empresários locais, que estão crescendo, ampliando, contratando funcionários, graças ao incentivo para participarem das licitações e por aplicarmos uma Lei que favoreça as MPE'S locais.

Marcia Eli Egewarth

(45) 32571228

Beneficiada
Informada e
Convidada via
Telefone para
Participar de
Licitações com
Benefícios as MPEs

Meu nome é Márcia Eli Egewarth, sou empresária de Entre Rios do Oeste e quero dizer que nos recebemos um grande incentivo da Prefeitura do nosso município, porque todos os funcionários ligados ao setor de compras sempre que haverá uma licitação, entram em contato via telefone com as empresas para informar sobre licitações, pois há no município um projeto para incentivar as empresas locais a participarem das licitações, sempre somos convidados a participar das licitações da Prefeitura, participamos, ganhamos várias licitações e percebemos que o município está movimentando o dinheiro que é do município dentro da nossa cidade, percebemos que com isso, empresas que nunca antes participavam de licitações agora participam por causa da aplicação da lei geral, e isso faz com que o dinheiro venha também para as nossas empresas, é muito boa a aplicação da Lei geral para a nossa

Silvio José Back	(45) 99325813	Produtor Rural Beneficiado pela Lei Geral	<p>cidade.</p> <p>Meu nome é Silvio José Back, tenho uma propriedade rural e forneço alimentos para a merenda escolar, são alimentos sem agrotóxicos e graças ao incentivo do município, os alunos têm uma merenda de qualidade, isso é gratificante para nós, porque gera renda para nos no campo e conseqüentemente esse dinheiro fica também na cidade, retornando para o comércio, pequenas empresa que conseguem se manter através disso, e com esse alimentos orgânicos que produzimos, os alunos tem mais qualidade na merenda que é servida dia a dia.</p>
Ana Regina de Lima Corradine	(45) 99000042	Procuradora Geral Efetiva	<p>Prezados,</p> <p>Na qualidade de Procuradora efetiva do Município de Entre Rios do Oeste, sou responsável pela elaboração de pareceres jurídicos nos processos de licitação. Em grande parte dos processos, o Município vem aplicando a lei geral que beneficia as microempresas locais. A emissão de pareceres favoráveis a aplicação da referida lei nos processos de licitação é no sentido de incentivar a economia local. O incentivo e apoio a aplicação dessa lei é com o objetivo de favorecer a microempresas do Município, fortalecendo a economia local, com a geração de empregos e aumento de renda da população.</p>
Vitalino Anderle Transportes	(45) 99110311	Beneficiário Micro Empresa	<p>Graças ao Município de Entre Rios do Oeste – PR, ao incentivo oferecido para as empresas daqui para participarem das licitações, eu abri uma microempresa, participei da licitação, fui vencedor e hoje tenho a oportunidade de fazer o ajardinamento do Município, com isso ouve a geração de mais empregos, pois contratei pessoas daqui para me ajudar no trabalho, fizemos capacitações para buscar novas técnicas, maiores conhecimentos sobre as flores a serem cultivadas e o resultado é esse, uma cidade linda, florida e que tem nos gerando inúmeros elogios das pessoas que moram aqui e dos visitantes, isso é gratificante.</p>

Equipe Responsável pelo Projeto

Nome	Cargo	Telefone	E-mail
Sirlei Kist Pontarolo	Agente de Desenvolvimento II e Secretária de Administração	(45) 32571268	posto.agero@hotmail.com
Danielli Raquel Pappen Mick	Agente de Desenvolvimento I	(45) 32571268	agenciaero@hotmail.com

Volnei Elisandro Heinzmann

Pregoeiro

(45) 32571268

volneielisandro@hotmail.com

Anexos

Título	Descrição
Foto Prefeito	
Ata 01/2014 - até 80 mil	
Ata 02/2014 - até 80 mil	
Ata 05/2014 - até 80 mil	
Ata 06/2014 - até 80 mil	
Ata 07/2014 - até 80 mil	
Ata 08/2014 - até 80 mil	
Ata 09/2014 - até 80 mil	
Ata 10/2014 - até 80 mil	
Ata 11/2014 - até 80 mil	
Ata 12/2014 - até 80 mil	
Ata 13/2014 - até 80 mil	
Ata 16/2014 - até 80 mil	
Ata 17/2014 - até 80 mil	
Ata 18/2014 - até 80 mil	
Ata 19/2014 - até 80 mil	
Ata 20/2014 - até 80 mil	
Ata 21/2014 - até 80 mil	
Ata 24/2014 - até 80 mil	
Ata 25/2014 - até 80 mil	
Ata 26/2014 - até 80 mil	
Ata 27/2014 - até 80 mil	
Ata 29/2014 - até 80 mil	
Ata 30/2014 - até 80 mil	
Ata 31/2014 - até 80 mil	
Ata 32/2014 - até 80 mil	
Ata 33/2014 - até 80 mil	
Ata 34/2014 - até 80 mil	
Ata 36/2014 - até 80 mil	
Ata 37/2014 - até 80 mil	
Ata 38/2014 - até 80 mil	
Ata 43/2014 - até 80 mil	
Ata 44/2014 - até 80 mil	
Ata 45/2014 - até 80 mil	
Ata 46/2014 - até 80 mil	
Ata 47/2014 - até 80 mil	
Ata 48/2014 - até 80 mil	
Ata 50/2014 - até 80 mil	
Ata 51/2014 - até 80 mil	
Ata 52/2014 - até 80 mil	
Ata 53/2014 - até 80 mil	
Ata 54/2014 - até 80 mil	
Ata 55/2014 - até 80 mil	
Ata 56/2014 - até 80 mil	
Ata 58/2014 - até 80 mil	
Ata 60/2014 - até 80 mil	
Ata 66/2014 - até 80 mil	
Ata 67/2014 - até 80 mil	
Ata 68/2014 - até 80 mil	
Ata 70/2014 - até 80 mil	
Ata 71/2014 - até 80 mil	
Ata 72/2014 - até 80 mil	
Ata 81/2014 - até 80 mil	

Ata 87/2014 - até 80 mil
Ata 88/2014 - até 80 mil
Ata 91/2014 - até 80 mil
Ata 92/2014 - até 80 mil
Ata 93/2014 - até 80 mil
Ata 94/2014 - até 80 mil
Ata 95/2014 - até 80 mil
Ata 96/2014 - até 80 mil
Ata 98/2014 - até 80 mil
Ata 99/2014 - até 80 mil
Ata 100/2014 - até 80 mil
Ata 102/2014 - até 80 mil
Ata 103/2014 - até 80 mil
Ata 104/2014 - até 80 mil
Ata 105/2014 - até 80 mil
Ata 106/2014 - até 80 mil
Ata 107/2014 - até 80 mil
Ata 108/2014 - até 80 mil
Ata 109/2014 - até 80 mil
Ata 110/2014 - até 80 mil
Ata 112/2014 - até 80 mil
Ata 113/2014 - até 80 mil
Ata 115/2014 - até 80 mil
Ata 118/2014 - até 80 mil
Ata 02/2015 - até 80 mil
Ata 03/2015 - até 80 mil
Ata 04/2015 - até 80 mil
Ata 05/2015 - até 80 mil
Ata 07/2015 - até 80 mil
Ata 08/2015 - até 80 mil
Ata 09/2015 - até 80 mil
Ata 11/2015 - até 80 mil
Ata 13/2015 - até 80 mil
Ata 15/2015 - até 80 mil
Ata 19/2015 - até 80 mil
Ata 20/2015 - até 80 mil
Ata 21/2015 - até 80 mil
Ata 22/2015 - até 80 mil
Ata 23/2015 - até 80 mil
Ata 24/2015 - até 80 mil
Ata 26/2015 - até 80 mil
Ata 28/2015 - até 80 mil
Ata 31/2015 - até 80 mil
Ata 32/2015 - até 80 mil
Ata 34/2015 - até 80 mil
Ata 35/2015 - até 80 mil
Ata 36/2015 - até 80 mil
Ata 40/2015 - até 80 mil
Ata 41/2015 - até 80 mil
Ata 42/2015 - até 80 mil
Ata 43/2015 - até 80 mil
Ata 47/2015 - até 80 mil
Ata 48/2015 - até 80 mil
Ata 50/2015 - até 80 mil
Ata 51/2015 - até 80 mil
Ata 52/2015 - até 80 mil
Ata 55/2015 - até 80 mil
Ata 56/2015 - até 80 mil
Ata 58/2015 - até 80 mil

Ata 59/2015 - até 80 mil	
Ata 63/2015 - até 80 mil	
Ata 64/2015 - até 80 mil	
Ata 65/2015 - até 80 mil	
Ata 76/2015 - até 80 mil	
Ata 77/2015 - até 80 mil	
Ata 80/2015 - até 80 mil	
Ata 82/2015 - até 80 mil	
Ata 83/2015 - até 80 mil	
Ata 84/2015 - até 80 mil	
Ata 87/2015 - até 80 mil	
Tomada 11/2015 - até 80 mil	
Ata 01/2015 - exclusividade local	Processo licitatório que passou dos 80 mil, porém foi aplicada a exclusividade local.
Ata 03.2014 - exclusividade local	Processo licitatório que passou dos 80 mil, porém foi aplicada a exclusividade local.
Ata 15.2014 - exclusividade local	Processo licitatório que passou dos 80 mil, porém foi aplicada a exclusividade local.
Ata 84.2014 - exclusividade local	Processo licitatório que passou dos 80 mil, porém foi aplicada a exclusividade local.
Edital 10.2015 - Cotas	
Edital 12.2015 - Cotas	
Edital 79.2015 - Cotas	
Ata 15/2014 - Reg. Fiscal Tardia	
Ata 20/2014 - Reg. Fiscal Tardia	
Ata 48/2014 - Reg. Fiscal Tardia	
Ata 54/2014 - Reg. Fiscal Tardia	
Ata 83/2014 - Reg. Fiscal Tardia	
Ata 91/2014 - Reg. Fiscal Tardia	
Ata 116/2014 - Reg. Fiscal Tardia	
Tomada - Ata 10/2014 - Reg. Fiscal Tardia	
Tomada - Ata 18/2014 - Reg. Fiscal Tardia	
Tomada - Ata 22/2014 - Reg. Fiscal Tardia	
Ata 01/2015 - Reg. Fiscal Tardia	
Ata 20/2015 - Reg. Fiscal Tardia	
Ata 35/2015 - Reg. Fiscal Tardia	
Ata 50/2015 - Reg. Fiscal Tardia	
Ata 63/2015 - Reg. Fiscal Tardia	
Ata 84/2015 - Reg. Fiscal Tardia	
Tomada - Ata 02/2015 - Reg. Fiscal Tardia	
Subcontratação	Edital e Ata de Subcontratação
Subcontratação - divulgação 1	Divulgação realizada em rede social Facebook, na página do município.
Subcontratação - divulgação 2	Divulgação realizada no jornal O Presente, com circulação diária.
Subcontratação - divulgação 3	Divulgação realizada na Revista.com
Ata 06/2014 - MEI	
Ata 31/2014 - MEI	
Ata 46/2014 - MEI	
Ata 52/2014 - MEI	
Ata 71/2014 - MEI	
Ata 81/2014 - MEI	
Ata 83/2014 - MEI	
Ata 94/2014 - MEI	
Ata 96/2014 - MEI	
Ata 98/2014 - MEI	
Ata 100/2014 - MEI	
Ata 108/2014 - MEI	
Ata 116/2014 - MEI	
Ata 117/2014 - MEI	

Dispensa 01/2014 - MEI	
Dispensa 07/2014 - MEI	
Dispensa 08/2014 - MEI	
Ata 07/2015 - MEI	
Ata 08/2015 - MEI	
Ata 28/2015 - MEI	
Ata 35/2015 - MEI	
Ata 44/2015 - MEI	
Ata 45/2015 - MEI	
Ata 63/2015 - MEI	
Ata 64/2015 - MEI	
Ata 71/2015 - MEI	
Ata 80/2015 - MEI	
Ata 83/2015 - MEI	
Portal do Fornecedor	Print do site do município que mostra a existência do portal do fornecedor.
Matéria jornal: palestra licitações	Matéria publicada em jornal, sobre palestra que foi realizada com o intuito de sensibilizar os empresários locais sobre a importância e os benefícios de participarem das compras públicas.
Matéria face: palestra licitações	Matéria publicada em rede social (facebook), na página do município sobre palestra que foi realizada com o intuito de sensibilizar os empresários locais sobre a importância e os benefícios de participarem das compras públicas.
Link Vídeo Institucional do Município de E.R.O Edital Empate Ficto	Link Vídeo Institucional do Município de E.R.O
Curso Compras Públicas para Servidores 2015	
Certificado curso TCE - Lei 147/14 - pregoeiro	
Exclusividade local - mandado de segurança	
Curso Compras Públicas para Servidores 2014	
Curso Compras Públicas para Fornecedores 2014	
Curso Compras Públicas para Fornecedores 2015	
Matéria face: Livro Sebrae	Matéria sobre uma MEI que teve seu trabalho estampado no livro do Sebrae 5 anos Microempreendedor Individual MEI - um fenômeno de inclusão produtiva.
Divulgação Curso Compras	
Matéria: Case Compras Públicas	
Cadastro de fornecedores	
Equipe compras realizando orçamento in loco	
Previsão de Compras 2015	
Relatório FNDE	
Pagamentos de fornecedores 2012	Relatório de pagamentos realizados no dia 18.05.2012, que mostra que os pagamentos são realizados com brevidade após a apresentação da nota fiscal, sendo que muitos deles são pagos no mesmo dia.
Pagamentos de fornecedores 2013	Relatório de pagamentos realizados no dia 24.09.2013, que mostra que os pagamentos são realizados com brevidade após a apresentação da nota fiscal, sendo que muitos deles são pagos no mesmo dia.
Pagamentos de fornecedores 2014	Relatório de pagamentos realizados no dia 17.03.2014, que mostra que os pagamentos são realizados com brevidade após a apresentação da nota fiscal, sendo que muitos deles são pagos no mesmo dia.
Pagamentos de fornecedores 2015	Relatório de pagamentos realizados no dia 10.11.2015, que mostra que os pagamentos são realizados com brevidade após a apresentação da nota fiscal, sendo que muitos deles são pagos no mesmo dia.
Matéria face: entrega de Lei ao legislativo	Entrega da Atualização da Lei Municipal com base nas alterações

	da 147/14 aos vereadores, para análise e aprovação.
Matéria jornal: entrega de Lei ao legislativo	Entrega da Atualização da Lei Municipal com base nas alterações da 147/14 aos vereadores, para análise e aprovação.
Link do vídeo com 03 Relatos	Relatos de: Procuradora Geral efetiva do Município apoiando a aplicação da Lei Geral; De uma empresaria que recebeu ligações do setor de compras para divulgação da lei geral e convidando para participar das licitações; e um Produtor Rural beneficiado que fornece para merenda escolar.
Link vídeo com 05 relatos empresários	Relatos do: Pregoeiro do Município falando das dificuldades enfrentadas na aplicação da Lei; MEI no Ramo de Costura Beneficiada pelo edital de compra de empresas locais; ME no ramo de construção Beneficiada por edital de Subcontratação; ME no Ramo de Jardinagem beneficiado pela Lei; e MEI que Migrou para ME Ramo Gráfico.
Fomento PR	Linhas de crédito da Fomento PR incentivam empresários entre-rienses.
Planilha controle de compras ERO 2014	
Planilha controle de compras ERO 2015	
Termo parceria Contador	
Instrução DCM - Parecer Jurídico	
Redesim - Comitê Gestor	
Agente de Desenvolvimento concursada	

Entre Rios do Oeste/PR, 29 de Setembro de 2015



Secretaria da
Micro e Pequena Empresa

Secretaria de
Logística e Tecnologia
da Informação



GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

